

CORDIVIOLA, Alfredo (org). *Um projeto inacabado: identidades latino-americanas no ensaio do século 20*. Recife: Edições Bagaço, 2001, 121p.

José Sérgio A. de Moura

Renildo Ribeiro*

Na multiplicidade de vozes da América Latina, busca-se uma identidade para seu povo. Inquirição de sentido ainda em embate. Consenso em duto de exploração – originado das convergências de reflexões criadas no entre-lugar de Silviano Santiago para a transformação da Híbrida América em um projeto original. Os decursos dessas reflexões desembocam em ensaístas de nosso tempo e cultura, como Pedro Henriquez Urenã, Darcy Ribeiro ou Domingo F. Sarmiento (só para citar alguns) – latino-americanos que, no dialogismo de seus textos, deram as pistas do tentame utópico que projetaram para o futuro. No livro, *Um projeto inacabado: Identidades latino-americanas no ensaio do século 20*, organizado por Alfredo Cordiviola, os autores focalizam quase sempre uma América ainda simbólica, aquela que espera consolidar-se na concretização da utopia sonhada por ensaístas há pouco mencionados e enfocados, pelos autores, em suas idéias e propostas inovadoras. O livro é uma coletânea de textos, visões pessoais que tentam decifrar ensaios escritos no século XX como códigos cujos questionamentos sociais, históricos e políticos tendem a revelar sujeitos do discurso latino-americano que dão os tons e as nuances de um lugar em processo de vir-a-ser: ponto fundamental para discutir a construção de nossa identidade.

Alfredo Cordiviola é o primeiro a expor, no prólogo do livro, essa questão: esse não-lugar que somos, posto que parece querer instigar no leitor esse estranhamento, esse acordar ou despertar ao que não somos, a essa nossa não-identidade, que acaba nos engajando na busca de uma identificação. Ao apresentar sucintamente o trabalho

* Mestrandos em Letras e Linguística, no Programa de Pós-Graduação e Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas.

desenvolvido pelos demais autores, revela a síntese do pensamento desses, que é o tácito acordo que os leva, a seu modo, a se alinharem com a concepção que contempla a América Latina como algo futuro, “algo que está sendo construído porque ainda deve ser construído: como um projeto intelectual inacabado que, nas palavras de Ángel Rama, ainda *espera su realizacion concreta*” (p. 7). Ademais, Cordiviola afirma que dois outros temas permeiam o livro (e que igualmente podem ser estabelecidos como ícones de nossa construção identitária): a ordem americana e a apropriação do outro que se instaura, para a América, como modelo ou imagem no lado oposto do Atlântico Norte.

Kátia Pinho, em *América Latina?*, artigo que inicia a obra, torna claro o desejo de que suas reflexões apontem para uma confluência, não para uma resposta. Sua inquietação é reflexo de uma agonia oriunda da vontade de saber quem somos; seu texto manifesta essa premente inquietude ao indagar o que é a América Latina: “Será um som na rua, uma expressão solta no espaço, ou uma ilha flutuante que navega pelos mares do mundo? Se há Latino-América, há um povo genuinamente latino-americano?” (p. 13). Assim, ela vai buscar no nome que identifica o quinhão da terra que habitamos o viés ideológico de nossa nomeação. O significado do nome sempre leva a variados caminhos, embora nenhum deles pode ser consagrado como o caminho. Sondando nossa história desde o descobrimento por Colombo até a contemporaneidade globalizada, Pinho nos apresenta a utopia como idéia que sempre circundou a firmação de nossa identidade, desde a *Utopia* de Thomas More, onde o Novo Mundo aparece como possibilidade de recomeço, até a consecução da América Latina idealizada como o outro lugar, ou melhor, o entre-lugar, visto que ela é “o degrau zero da síntese dialética dos contrários, expressão discursiva do neutro”.¹ Entretanto, a autora conclui que 500 anos é pouco tempo para firmar nossa identidade e que a tarefa não pode ser feita sem ordenamento. Só um trabalho que compreenda as singularidades e as diferenças que ao mesmo tempo

¹ “degré zéro de la synthèse dialectique des contraires, expression discursive du neutro” (Louis Marin apud Kátia Pinho).

nos unem nos transportará à unidade que nos identificará como latino-americanos.

A idéia do entre-lugar também é articulada por Robson Teles em “*A terceira margem do rio*”, um não lugar?, texto em que ele explora o imaginário utópico veiculado pela narrativa do conto de Guimarães Rosa “*A terceira margem do rio*”. Assinalando alguns dos momentos utópicos de nossa história - por situar o instante em que o conto foi escrito, após a Segunda Guerra Mundial e durante a inspiradora era do governo JK, Teles parece enxergar na articulação lingüístico-literária inovadora de Rosa a possibilidade de reinvenção do país: o Brasil situado não às duplas margens convencionais de um rio, mas reinventado como uma terceira margem, o entre-lugar. Teles torna possível nos percebermos, enquanto brasileiros e latino-americanos, na figura do narrador do conto de Rosa – aquele que vê seu pai construir sua própria utopia (sua ilha-canoa, impassível diante da correnteza forte do rio, imóvel diante das agruras do tempo), mas que vacila na hora de substituir o pai, revelando “um não fechamento de um ciclo que o pai iniciou: uma busca do terceiro-lugar” (p. 32). A simbolização sugere, e o autor também, que completemos esse ciclo, que atravessemos o rio e construamos nossa terceira margem.

Imprimindo sua visão de modo marcadamente pessoal, Marcella Macêdo, em *A invenção do Brasil: o povo brasileiro por Darcy Ribeiro*, escolhe não romantizar tanto a utopia, por crer que a idéia de futuro impede a consubstanciação de um papel transformador no presente. Assim, ela prefere duvidar da imagem de “país do futuro”, que parece ubíqua na obra *O povo brasileiro*, do antropólogo Darcy Ribeiro. Apesar da originalidade do pensamento de Ribeiro – ele afirma que o Brasil e seus vizinhos latino-americanos são muitos mais autênticos do que os Estados Unidos e o Canadá e nos configura como a Atlântida moderna, nascente de um projeto em que se circunscrevem a igualdade social, a democracia racial e uma espiritualidade libertária – Macêdo nos propõe, antes de tudo, olhar para a frente, sem perder de vista o chão.

Por sua vez, Margareth Torres, em *A identidade nacional na América Latina*, ao focalizar a fragmentação da identidade do sujeito - característica emergente da era pós-moderna – elege o propósito utópico do dominicano Pedro Henríquez Ureña como capaz de unificar a América Latina, em termos de um senso de identidade

intercontinental. Ureña defende o espírito latino-americano como o único que nos tem salvado em nossas crises de civilização, e não a força militar ou o poder econômico. Assim, apenas através desse espírito é factível uma reorganização que, por meio de novas condições econômicas, políticas e sociais, possibilitará alcançarmos um estado de satisfação geral.

Em seu artigo, *Pensando o Brasil: percurso da identidade nacional*, Ângela Prysthon analisa a contigüidade histórica de textos que tematizam a identidade cultural brasileira. Seu percurso inicia-se no século XIX, no qual destaca o trabalho pioneiro de Manoel Bomfim, contestador de grande parte das concepções racistas de seus contemporâneos e que propunha, em plena época de propostas de branqueamento da população brasileira, a miscigenação como renovação e não algo negativo. Ao mencionar Gilberto Freyre, Prysthon não deixa de comentar as acusações de que livros do autor, como *Casa grande & senzala*, criaram, entre outros, o mito da democracia racial brasileira. Em Sérgio Buarque de Holanda, a autora considera como, na obra *Raízes do Brasil*, o pensador traduziu a identidade nacional através das relações de trabalho, gerando o conceito de “cordialidade” como aspecto que “impregna as esferas privada e pública brasileira” (p. 54). Prysthon também destaca, em seu percurso, a concepção nacionalista e futurista que gerou a utopia brasiliense, consolidada no governo JK; a criação de instituições culturais estatais como o ISEB², cujos intelectuais concebiam a desalienação da massa como fator de propulsão do desenvolvimento nacional; e, por último, o pensamento intelectual da época da ditadura militar, cujo antagonismo ao imperialismo americano, resultante da implementação de um forte nacionalismo, acabou encobrindo a cultura paternalista brasileira agenciada pelo Estado militarizado, desviando a atenção dos intelectuais dos desmandos da ditadura.

Inaugurando na coletânea os textos que ponderam sobre o outro como modelo de apropriação cultural, Fernanda Coutinho, em *O autóctone e o estrangeiro: a descoberta do outro*, tem como reflexão o tipo de imagem suscitada pelas representações organizadas pelo europeu em torno do autóctone latino americano, e ratifica que tal

² Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

reflexão alimenta a discussão sobre conceitos mais gerais, como os de ordem universal, nacional e particular. Segundo Coutinho, a presença do estrangeiro coloca em xeque o poderio dos deuses lares, ou seja, o estrangeiro perturba pela sugestão de diferença, provocando um abalo nos costumes vigentes. O estrangeiro - no caso da América Latina, os cronistas - ofereceu um olhar misto, de espanto e encantamento, correspondendo, dessa forma, à necessidade de um espaço sem males e de um reino distante do fardo do passado. Porém, tais textos não conseguiram esconder o embate entre civilização e barbárie.

Embora com enfoques distintos, os textos de Heleniza Saldanha e José Bezerra de Lemos partilham a mesma problemática: a tensão dialética com o outro, no campo das apropriações paradigmáticas e imagéticas. Por um lado, em *Sarmiento: o político e seu sonho*, Saldanha focaliza a utopia romântica do escritor argentino Domingo Faustino Sarmiento. A autora faz uma análise de *Facundo*, obra que tornou Domingo Sarmiento universal e demonstra que o escritor é adepto da teoria de que o meio determina o homem, acreditando que só o papel civilizador das cidades seria capaz de transformar o homem bárbaro. O sonho de Sarmiento era construir uma nação civilizada. Porém, através de sua obra literária, o escritor procurou denunciar a nação argentina fundada na barbárie e reconstruí-la com base num modelo de civilização norte-americana. A maior dificuldade era como construir uma nação idealizada, partindo de uma realidade social que tinha origens coloniais. A causa do fracasso do sonho de Domingo Sarmiento foi a não-consideração das particularidades de cada indivíduo, que, para ele, deveriam ser impostas e singulares.

Por outro lado, Lemos, em *A linguagem dos espelhos na literatura brasileira: Tobias Barreto, Mário de Andrade e Ascenso Ferreira*, articula reflexões sobre a importância desses autores e da Escola do Recife para o nacionalismo brasileiro. A Escola do Recife constituiu-se como o berço do realismo/naturalismo tanto no Brasil, quanto na América Latina e a ela está vinculado Tobias Barreto, intelectual que se transformou em índice de um caminho que apontaria, mais tarde, para uma nova subjetividade e para uma nova síntese da identidade brasileira e latino-americana no modernismo dos anos vinte. Lemos enfoca também Mário de Andrade e Ascenso Ferreira, intelectuais proponentes do projeto de uma nacionalidade

modernizadora. Nas convergências do pensamento de Barreto, Andrade e Ferreira, o autor reconhece um mesmo modo de pensar a nação, cristalizado, sobretudo, na carência de referências do sujeito que tais pensadores identificaram e que nos levou como espelho a refletir a metrópole. Ascenso Ferreira elege o cultural e o popular como base da identidade nacional, ao passo que Tobias Barreto e Mário de Andrade assemelham-se na crença de um nacionalismo que busca elementos para convertê-los em símbolos ou tipos.

No texto que encerra a coletânea, *Graciliano Ramos e Gilberto Freyre: tempo e imagens sociais da pobreza*, Luciana Marinho lança seu olhar para as referências representativas do povo no *Manifesto Regionalista*, de Gilberto Freyre, e em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. De acordo com a autora, essas obras, se consideradas a partir do lugar da enunciação, constituem-se como discursos da elite sobre o povo. Esses discursos são visões distintas da pobreza e miserabilidade das relações sociais que se formam em torno dessas próprias relações. Marinho mostra que Gilberto Freyre elegeu o passado patriarcal e o espaço de Pernambuco, no auge da cana-de-açúcar, como o tempo a ser perpetuado. Freyre visualiza o espaço nordestino dissociado do contexto das injustiças e exploração social, tendo assim uma visão negativa do progresso advindo da industrialização e da urbanização. Por sua vez, em *Vidas Secas*, o conflito instala-se dentro da própria região, dado que o tempo utópico no romance não se fundamenta no resgate de um tempo passado tido como heróico ou originário de uma tradição que se perdeu. Ali, a imagem social da pobreza repercute no conflito entre opressão social e personagem, ao passo que, no *Manifesto Regionalista*, a mesma imagem endossa o discurso da cordialidade e da unidade regional.